



ENTREVISTA

Faria de Oliveira

“Modo de financiamento das empresas não se pode limitar ao crédito”

Na semana em que a supervisão dos maiores bancos nacionais passou para as mãos do BCE, Faria de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), sai em defesa do novo modelo, mas diz que “a supervisão não é um órgão policial”

Cristina Ferreira e Pedro Sousa Carvalho

A partir de 4 de Novembro de 2014, 120 bancos europeus (entre eles a CGD, o BCP, o BPI e o Novo Banco) passaram a ser vigiados directamente

pelo BCE, deixando de ser supervisionados pelas autoridades nacionais. O que vai mudar com a implementação do Sistema de Supervisão Única Europeu?

Em primeiro lugar, introduz uma cultura única de supervisão que é extremamente relevante; desde logo por permitir uma maior transparência nos balanços dos bancos. Contempla um sistema muito completo para avaliação rigorosa dos factores de risco nas instituições bancárias. E trata-se do primeiro pilar da futura União Bancária. Creio que o trabalho

desenvolvido pela supervisão nacional [Banco de Portugal – BdP] nos últimos tempos, preparando os bancos para este passo fundamental, permite encarar com grande confiança o novo sistema de supervisão dos bancos portugueses, dos quais os maiores serão directamente supervisionados pelo BCE e os restantes pelo BdP mas com orientação e delegação do BCE. As metodologias e as regras de trabalho fazem parte de um manual único de supervisão, os critérios são os mesmos para todas as instituições. Mas no que respeita aos modelos de negócios, estes são objecto provavelmente de compatibilidade em relação aos que utilizam modelos semelhantes.

Não há risco de haver uma avaliação burocrática, por se realizar à distância e ser muito técnica, por parte do BCE?

O que está previsto nas avaliações aos bancos são inspecções, quer internas quer externas. Isto é, uma grande parte da supervisão baseia-se em dados fornecidos

pelos bancos. O novo sistema compreende o BCE como líder do processo, mas é muito natural que, numa primeira fase, tenha de requerer uma colaboração activa por parte das autoridades nacionais. Admitindo-se que a supervisão do BCE será mais apertada, deixa de fora os bancos médios e pequenos que se mantêm na esfera das autoridades nacionais e que, em certas circunstâncias, até podem ter risco sistémico superior a bancos grandes. Os sistemas de fiscalização por delegação de tarefas às autoridades nacionais, no nosso caso ao BdP, podem funcionar muito bem. Foi montada, no BCE, uma divisão específica para acompanhar o trabalho dos supervisores nacionais que contempla a possibilidade de pessoas dessa direcção [do BCE] visitarem e trabalharem regularmente com os supervisores nacionais.

Se já estivesse a funcionar o modelo europeu de supervisão único, os casos BPN, BPP [estes ficariam fora da alçada directa

do BCE] e BES teriam ocorrido?

Nunca há uma garantia absoluta de que casos destes não acontecem. O regulador nacional é a última instância de uma cadeia que visa garantir a segurança dos depositantes, a confiança dos investidores, a estabilidade do sistema e a minimização do esforço dos contribuintes. Como é que funciona em cada instituição o controlo interno? A cadeia começa nos departamentos de contabilidade e de quem fornece os elementos, passa pelos conselhos fiscais ou pelas comissões de auditoria interna, que devem ver o seu papel reforçado, e pelos auditores externos e, naturalmente, pelo conselho de administração. E complementa-se nos analistas financeiros que trabalham para outras instituições e nos investidores e, finalmente, na supervisão da autoridade competente, o último garante. E sem sentido ético e de responsabilidade de todos os intervenientes, com maior

ênfase para os membros dos conselhos de administração, e, em particular, do seu líder, há sempre possibilidade de a supervisão nacional falhar.

E não é preocupante?

A supervisão não é um órgão policial e em muitas circunstâncias pode acontecer que sejam escamoteadas informações, ocultados dados, que tenha havido manipulações contabilísticas difíceis de detectar, declarações falsas... É difícil a um regulador detectar estas situações.

A percepção é que os supervisores nacionais tendem à partida a acreditar em tudo o que um banqueiro lhes diz, sem que isso lhes suscite dúvidas... mesmo quando há sinais a aconselhar prudência. Qual é a sua opinião?

É por isso que hoje se fala de dois aspectos adicionais: a inspecção intrusiva, que, para além do seu trabalho regular, investiga sempre que surgem dúvidas; e uma crescente importância da supervisão complementar e, designadamente, de tudo o





NUNO FERREIRA SANTOS

que tem que ver com questões de governação, com código de conduta e de boas práticas. Por outro lado, a selecção dos membros dos conselhos fiscais ou das comissões de auditoria deverá ter em conta, para além da independência e idoneidade, a competência e a experiência no sector bancário. Um perfil que dê as maiores garantias. Hoje, e em especial nas empresas públicas, a remuneração atribuída a um membro destes órgãos é extremamente baixa, da ordem dos mil e poucos euros **Muitas dessas pessoas que integram as comissões de auditoria e os conselhos fiscais trabalham noutros locais e os mil e tal euros visam remunerar a presença em cada reunião...**

Esse é o ponto: como é que com reuniões uma vez por mês e sem grande trabalho se pode exigir o cumprimento das funções?

Mil e tal euros apenas por uma reunião é assim tão pouco? A questão não é a reunião, é o trabalho que deve ser feito antes

para que a função paga tenha uma correspondência de rigor e de credibilidade.

Tem falado na necessidade de uma maior regulação. Mas há dias disse algo que parece contrariar essa ideia: a crise levou a alguns exageros na regulação que devem ser repensados. Que exageros são?

Os exageros da regulação estão relacionados com a análise dos impactos na economia do conjunto de medidas que vão sendo definidas e implementadas. Muitas dessas medidas, em virtude de conduzirem a necessidades de aumentos de capital, de reduções de balanço, de aumento enorme dos custos das instituições que afectam a sua rentabilidade, podem conduzir – e há estudos que o demonstram – a uma diminuição da sua capacidade de financiarem a economia.

O que defende? Qualquer medida de regulação deve ser previamente avaliada em termos dos impactos na economia. E deve ser estabelecido um *timing*

“
Qualquer medida de regulação deve ser previamente avaliada em termos dos impactos na economia
”

na adopção, compatível com a capacidade de absorção, por parte das instituições, de toda uma preparação que deve ser feita, sem pôr em causa os objectivos. Esta matéria é da maior relevância, pois liga-se às exigências de medidas regulatórias. É preciso uma grande preocupação de coerência e de eliminação de conflitos possíveis que possam existir entre os objectivos finais e as práticas a adoptar.

Qual o grande objectivo de um supervisor?

O objectivo final de toda a regulação é assegurar um sistema financeiro robusto e resiliente e de boas práticas para garantir as duas missões da banca: manter um sistema de pagamentos eficaz e o financiamento da economia e dos cidadãos. Ora, a crise de 2008 debilitou as instituições financeiras europeias e contribuiu para a crise que se desencadeou a seguir e conduziu à necessidade de criar mecanismos de eliminação de acções indevidas e de práticas irregulares.

A actividade da banca nacional também foi afectada pela crise e condicionada pela *troika*.

Havia bancos que iam ser profundamente afectados. Daí ter-se previsto essa linha de recapitalização de 12 mil milhões. E tudo aconteceu conforme estava subentendido na sua criação. As cotizações dos bancos caíram 90%, os resultados atingiram o seu valor mais negro em 2013. Tanto que quer os accionistas quer os novos investidores não viram

grande atractividade em acorrer aos aumentos de capital dos bancos, e que eram necessários. Daí a necessidade de recorrerem aos Cocos. É indiscutível que o objectivo final de todo o programa [de recapitalização da banca portuguesa] é criar condições de acesso da banca ao mercado e criar condições para o crescimento económico. E sem investimento não se promove o crescimento económico.

A banca vai dar mais dinheiro à economia no próximo ano?

Esse problema continua a ser mal colocado. O que neste momento existe é uma diminuição da procura de crédito à economia. E, por outro lado, a continuação da necessidade base da economia, que é de capitalização das empresas para poderem ter acesso a crédito. Portanto, a questão de fundo da economia portuguesa é o modo de financiamento das empresas, que não se pode limitar à concessão de crédito. Em especial as PME, que têm de encontrar mecanismos que fortaleçam os seus capitais próprios.

Esta semana, o FMI apontava para o excesso de dívida das empresas como o maior problema da economia. Como é que se resolve?

A banca pode colaborar com as restantes instituições financeiras na utilização de todo um conjunto de mecanismos de reforço e capitais pouco utilizado no nosso país. A banca já transformou muito empréstimo em capital, já reestruturou muitas situações de crédito das empresas. Os bancos têm posições em sociedades de capital de risco pouco utilizadas, o mercado de capitais está muito aquém do que devia. Mas não podemos deixar de dizer que, embora se fale muito na redução do crédito, a verdade é que o endividamento das empresas continua a subir, e se subiu é porque alguém deu crédito. E se não é através da banca, através dos vários mercados de capitais (obrigações, dívida) que existem. **O que pensa do banco de fomento criado pelo Governo?** Pode dar um bom contributo. E o próprio sistema bancário pode estar interessado em colaborar activamente neste objectivo número um da economia portuguesa: a capitalização das empresas.

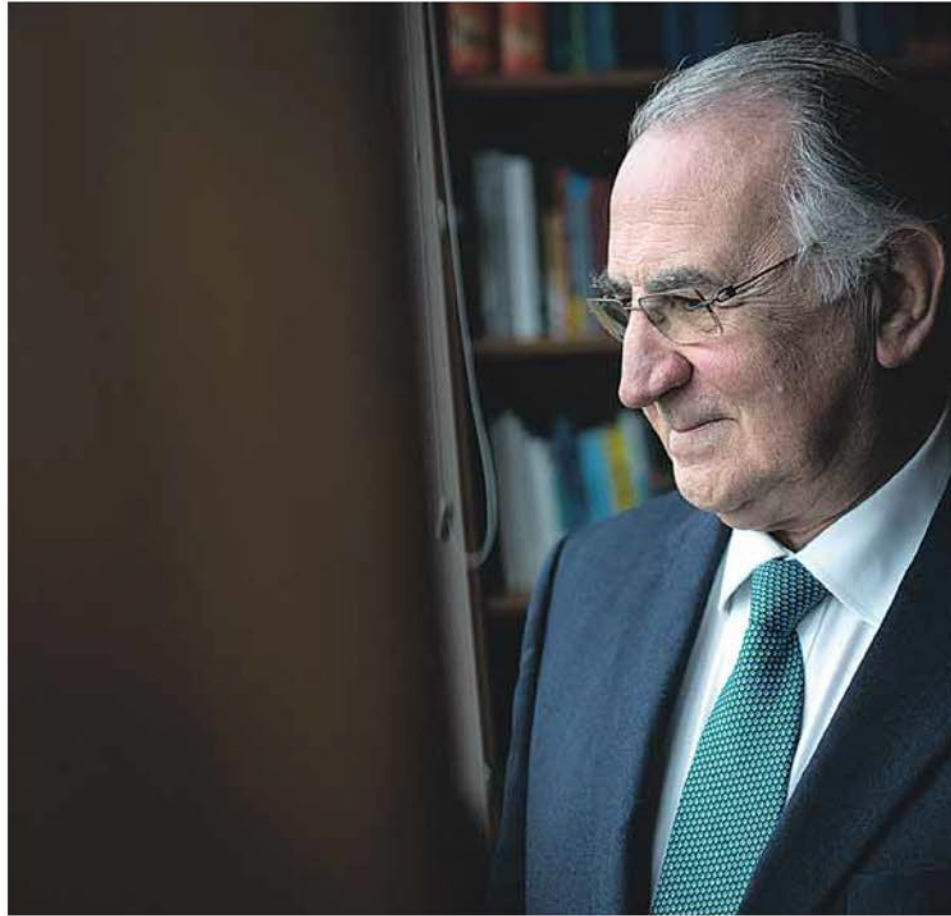


ID: 56550324

ENTREVISTA

Novo Banco: “Os accionistas de todos os bancos estão a suportar um concorrente”

O presidente da entidade que representa o sector dá a entender que os bancos portugueses teriam preferido a opção da recapitalização para tentar salvar o BES



Recentemente saiu uma notícia dizendo que a APB tinha ido ao Ministério das Finanças, antes do colapso, pedir que autorizasse o BES a aceder à linha de recapitalização dos 12 mil milhões. O que se passou?

Li a notícia, mas não é verdade. Em seu entender, por que razão é que o Governo não viabilizou a ida do BES, antes do colapso, à linha de recapitalização da *troika*?

Devo dizer que o sistema bancário no seu conjunto teria claramente preferido esta solução e a emissão de Cocos. O mesmo mecanismo que beneficiou os bancos que o utilizaram e beneficiou largamente o Estado, dado que a remuneração destes instrumentos é extremamente elevada e, nos tempos que correm, sem equiparação em termos de aplicação financeira.

Quando é que foi informado, na qualidade de presidente da APB, de que o BES tinha colapsado [sem condições de aceder a liquidez] e de que seria accionado o Fundo de

Resolução?

Só tomei conhecimento, poucas horas antes, ao ter recebido rumores de que “algo” estaria a ser preparado para resolver uma grave crise no BES. E pedi imediatamente uma reunião com o senhor governador do BdP, que começou às 19h30. Então, constatámos que a intervenção era imprescindível. E foi-nos dito que a solução prevista era de resolução da instituição. Questionámos as razões que levaram a uma solução dessas, sem precedentes, e à não utilização da linha de recapitalização da banca.

Quais foram os argumentos de Carlos Costa?

Não é matéria de que possa falar, mas constam das deliberações do BdP do dia seguinte. Depois de ouvirmos os argumentos, pedimos uma reunião de emergência à ministra das Finanças e, por volta das 22h, fomos recebidos. A senhora ministra explicitou os seus argumentos e nós os nossos. E, na realidade, o que podemos dizer é que não fomos formalmente ouvidos na matéria e quando tomámos conhecimento, mesmo assim, ainda procurámos saber por que não se utilizou a solução adoptada com êxito nas

outras situações [CGD, BCP, BPI, Banif]. A CGD fez um aumento de capital sob a figura de ajuda de Estado.

Nas reuniões com o governador e a ministra das Finanças, a APB deu-se por vencida, mas não ficou convencida?

A verdade é que não havia tempo para recorrer à linha de recapitalização [desde o início de 2014 exige a entrega de um programa de recapitalização e de reestruturação antes de o apoio da *troika* ser concedido].

Mas a solução foi sugerida à ministra antes de o banco entrar em colapso...

... não sei.

O argumento da falta de tempo para o BES aceder aos 12 mil milhões da *troika* convenceu-o?

Bom, há uma disposição nessa lei [do mecanismo de acesso da banca à linha da *troika*] que admite situações excepcionais que permitem superar a necessidade de entrega prévia de planos de recapitalização e de reestruturação. Mas fica sempre pendente da decisão da Direcção-Geral da Concorrência Europeia. **Consegue encontrar uma explicação para o facto de o BdP e o Governo não terem intervindo antes de o banco**

colapsar?

O problema, pelo que sei, surgiu com a indicação de que o BES perdesse o estatuto de contraparte do sistema europeu (de operações de política monetária) e entrara em situação de liquidez insustentável. Havia necessidade, até às 24 horas de 3 de Agosto, de intervir para evitar um iminente risco sistémico. A verdadeira alternativa colocava-se entre a resolução e um aumento de capital por recurso à linha de recapitalização.

Mas nas semanas anteriores, os políticos, quer da oposição quer do Governo, manifestaram oposição à utilização de dinheiros públicos para apoiar o BES, designadamente por via da linha de recapitalização.

Já nos deu aqui a entender que a solução preferida pela APB seria a via da linha de recapitalização...

Fomos postos perante um facto que conhecemos horas antes de ser anunciado. E, na altura, perguntámos, se a linha de recapitalização tinha tido êxito noutras situações, por que razão não era utilizada no BES? Ouvimos os argumentos do BdP e da ministra que levaram a escolher a via do Fundo de Resolução e

agora, tomada a decisão, espero que o processo decorra o melhor possível.

Foi chamado para ir à Comissão de Inquérito Parlamentar. Tem alguma expectativa sobre o que lhe vai ser perguntado?

Não faço a mais pequena ideia. O papel desempenhado pela APB não é o de conhecer o caso individual de cada instituição associada. O nosso papel é defender o interesse comum do sector.

Na divulgação das contas trimestrais, Fernando Ulrich, ao ser inquirido sobre o que ia dizer ao Parlamento, pois também vai ser chamado, sugeriu que o inquérito devia ser feito no quadro da APB, pois são os bancos que vão pagar a decisão de resolução. Como interpreta esta declaração?

Não tenho de a interpretar. O que posso dizer é que a APB deve defender o sistema bancário chamado a suportar custos ainda indefinidos de uma solução que, de facto, fere a concorrência. Os accionistas de todos os bancos estão a suportar um concorrente. **Ficou surpreendido com o caso BES?**

Absolutamente. Devo dizer que,



NUNO FERREIRA SANTOS

do problema vai uma grande distância. O banco é afectado pela exposição ao GES, parte da qual estava escondida.

Escondida é uma forma de dizer, pois em Setembro de 2013 já era público que os clientes do BES estavam a financiar em larga escala as empresas familiares sem rating e sem capacidade de aceder aos mercados para levantar fundos. Estamos a falar de uma exposição de cerca de 3000 milhões de euros [PÚBLICO, 18/9/2013].

O balanço do BES reflectia outros dados e não é a APB que faz o seguimento desses dados. E não dispúnhamos de informação.

A dimensão do problema surpreendeu todos, mas os sinais eram públicos.

Como presidente da APB, não faço comentários sobre uma matéria específica de um dos nossos associados. E, pessoalmente, não o quero fazer.

Como presidente da APB, acha que o Novo Banco deve ser vendido o mais rapidamente possível como defende o Governo ou tentar dar um prazo maior para o recuperar como defendia Vítor Bento?

Deve haver uma clara conciliação entre o momento da venda e a capacidade de valorizar o mais possível a instituição. Pode não ser fácil, mas o que importa é que a gestão procure minimizar todos os custos do caso e fortalecer o mais possível a instituição, de modo a não perder o extraordinário activo que era a qualidade dos seus quadros. E, em termos de modelo de negócio, o BES tinha factores diferenciadores que convém preservar: 14% do crédito à economia, quase 19% do crédito às PME. Sem dúvida que, neste processo de resolução do BES, há

muitas indefinições e incógnitas de natureza contabilística, prudencial e fiscal. O que vai acontecer se o valor de venda for inferior ao colocado pelo Fundo de Resolução? Tudo são incógnitas.

Portanto, aconselha uma venda rápida...

O banco tem de ser auditado para haver garantias de que é feita a fotografia exacta da sua situação e há que esperar pelos resultados do final do ano. E só depois é que estão criadas condições para se poder avaliar qual é o melhor momento para vender o banco e diminuir os enormes custos que o sistema bancário poderá enfrentar.

Há quem defenda que com a nova supervisão única se vai assistir a uma consolidação bancária. O Novo Banco deve ser visto como uma oportunidade?

Há quem defenda que uma das consequências da passagem da supervisão nacional para o BCE e do *comprehensive assessment* [avaliação à qualidade dos activos dos bancos] será uma muito provável movimentação de concentração bancária à escala europeia a dois ou três anos. E é possível que possa haver interesse no Novo Banco por parte de instituições ainda não radicadas no nosso país. Mas também, não tanto por razões de consolidação, porque ela já existe [CGD, BCP, Novo Banco e BPI têm mais de 70% do sector], não olharia nada mal que um dos bancos a operar em Portugal pudesse vir a adquirir o Novo Banco. O que é importante é encontrar uma solução accionista que dê estabilidade à instituição, dado que o Fundo de Resolução é de transição a dois anos.

Acredita que 2015 é o ano de viragem para o sistema

“

Fomos postos perante um facto que conhecemos horas antes de ser anunciado

O que posso dizer é que a APB deve defender o sistema bancário que foi chamado a suportar custos ainda indefinidos de uma solução que, de facto, fere a concorrência

É possível que possa haver interesse no Novo Banco por parte de instituições ainda não radicadas no nosso país

”

bancário nacional que voltará aos lucros?

Acredito. Mas o sistema bancário vai continuar a enfrentar problemas: o da rentabilidade, e creio que 2015, em princípio neste ponto, será de viragem, ainda que com resultados médios baixos; o da *legacy* [resolução do problema dos créditos em *stock*] é difícil de ultrapassar. E o *downsizing* [redução] que deverá prosseguir, pois para além das grandes alterações regulatórias e tecnológicas que estão a acontecer na banca – digital ou *ebanking* – também as

relações com os clientes sofrem mudanças significativas, o que conduzirá à necessidade de novas reestruturações. Os problemas são difíceis.

Ficou satisfeito com os resultados dos exames europeus aos bancos?

Esse é um ponto que eu gostaria de salientar, porque correu bem. Há um largo consenso no mercado de que os objectivos do exercício, em termos de transparência e de construção da confiança, foram largamente atingidos. E os media internacionais revelaram um tom muito positivo sobre o *comprehensive assessment* [exames europeus à qualidade dos activos da banca].

Depois da crise do BES, o sector pode respirar?

Depois da machadada que sofreu com a crise do BES, a banca portuguesa foi reabilitada e é preciso separar o trigo do joio. O caso BES, depois dos do BPN e BPP, causaram sério dano à imagem de um sector que tem revelado resiliência e uma capitalização adequada. E uma capacidade de reestruturação, face às consequências da crise da dívida soberana, notável. O sucesso dos bancos portugueses [a CGD e o BPI passaram em todos os exames do BCE e da autoridade bancária europeia e o BCP chumbou no cenário mais adverso] no *comprehensive assessment* ficou a dever-se a um esforço de, num contexto muito desfavorável, aumentarem a sua solidez; a um reforço de capitais, provisionamento, imparidades, reestruturação e resposta às exigências do supervisor. Note-se que os oito maiores bancos portugueses, entre Junho de 2011 e Dezembro de 2013, realizaram aumentos de capital e emissão de Cocos de mais de 11.000 milhões de euros.

para além de ter ficado chocado, foi uma profunda decepção na minha vida. O BES era um banco conceituado e considerado no sistema, com um modelo de negócio ligeiramente diferente das outras instituições, extremamente agressivo.

É amigo de Ricardo Salgado...

... há questões de sentimentos que não têm que ver com questões de racionalidade. A verdade é que não esperava, não tinha ideia da dimensão da crise no GES e ainda menos da dimensão das relações intragrupo.

Era essa dimensão que o tornava quase intocável?

Essa não é a questão. Podia haver indícios de problemas no GES, mas daí a ter a informação da dimensão

ID: 56550324

Publico
P

09-11-2014

Novo Banco está a ser suportado pelos concorrentes

Faria de Oliveira, presidente da APB, mostra que o sector está pouco confortável com a solução para o BES **p14 a 17**

Tiragem: 34943

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Preto e Branco

Área: 4,97 x 4,25 cm²

Corte: 5 de 5

